



O CAPITAL DE GIRO COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Wendel Ângelo SILVA (Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é elaborar um ensaio teórico sobre a utilidade prática do conceito de capital de giro, tanto para as instituições financeiras quanto para os empresários. Para as instituições financeiras, é importante conhecer a relação entre os recursos dos proprietários e os recursos de terceiros, entre os quais figuram os próprios bancos. Para o empresário, que deverá autorizar ou não uma venda a prazo cujo valor significativo é o mesmo que um financiamento é importante ter uma noção clara do capital de giro da empresa tomadora. Para a empresa, uma noção clara do capital de giro é útil na análise dos diversos valores que compõem as suas demonstrações financeiras, pois facilita o estudo do equilíbrio e das tendências na evolução de seu patrimônio. Este ensaio teórico demonstra que o estudo da proporcionalidade das contas individuais que compõem o Ativo e o capital de uma empresa requer uma conceituação precisa dessas contas, depurando os seus saldos para determinar o real montante de capital de giro.

Palavras-chave: Capital de Giro. Avaliação Patrimonial. Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

As instituições financeiras, e as entidades de grande porte que produzem equipamentos de valor significativo, geralmente por encomenda, têm como prática distribuir formulários que deverão ser preenchidos pelas empresas, com o objetivo de atualizar o cadastro bancário e de clientes, para avaliar a posição patrimonial da empresa em face de um pedido de compra de valor elevado.

Nestes formulários, as instituições financeiras ou as empresas costumam insistir em conhecer a cifra que compõe o total do capital de giro, ou capital de exploração da empresa (conhecido também como capital de trabalho ou *working capital*).

Dada a complexidade do entendimento do assunto e a superficialidade muitas vezes existente nesses formulários, o quesito “capital de giro” nem sempre é respondido com a exatidão necessária, isto porque não existe uma idéia muito uniforme entre quem preparou os formulários nas instituições financeiras e nas empresas e os contadores, colaboradores e empresários que deverão preenchê-los.

Por outro lado, o estudo do comportamento do capital de giro, em uma empresa, deveria despertar maior interesse entre empresários, se esses administradores avaliassem a riqueza do instrumento de análise que possuem.



2. CAPITAL DE GIRO: OS VÁRIOS CONCEITOS ENCONTRADOS NA LITERATURA CONTÁBIL

O Capital de Giro representa várias definições e conceitos relacionados à sua Administração, conforme alguns autores pesquisados.

De acordo com Nóbrega (2002) em sua pesquisa sobre o tema:

A literatura contábil tem apresentado aos estudiosos da área, diversas situações dúbias, em que alguns assuntos de mesma natureza e conteúdo são transmitidos com conceitos distintos por diferentes autores. Uma dessas situações compreende a definição do Capital de Giro e seus derivativos. Tal conceituação, múltipla e distinta vem dificultando não só o processo de ensino-aprendizagem daquelas disciplinas relacionadas ao assunto, como também a informação prestada pelo profissional contábil (NÓBREGA, 2002, p.02).

Dessa forma, para maior compreensão do tema algumas definições serão exploradas ao longo desse, todas com algo em comum ou como a complementação de outra definição.

Segundo Brigham e Houston (1999, apud GONÇALVES 2004, p.2) historicamente “o termo Capital de Giro teve origem com os antigos mascates (vendedores ambulantes) ianques (EUA), que carregavam suas carroças com mercadorias e percorriam suas rotas vendendo seus artigos”. Ainda segundo esses autores:

A mercadoria era chamada de Capital de Giro porque era o que o mascate vendia ou girava, para produzir seus lucros. A carroça e o cavalo eram seus Ativos Fixos. E esses eram financiados com recursos próprios, mas os fundos para comprar as mercadorias costumavam ser provenientes de empréstimos. Estes eram chamados de empréstimos de capital de giro e tinham que ser liquidados a cada viagem, para demonstrar ao banco que o crédito do mascate era bom. Se o comerciante itinerante conseguia pagar o empréstimo que tinha tomado, então o banco lhe fornecia outro empréstimo (GONÇALVES 2004, p.2).

Assim, iniciou-se a longa história do Capital de Giro, que ainda hoje é um dos fatores determinantes para o bom gerenciamento de qualquer empresa.

De acordo com a vasta literatura de livros, artigos e similares sobre o assunto, o montante do *Capital de Giro* pode ser definido e encontrado normalmente através dos ativos circulantes ou correntes; ou mesmo, pela diferença entre os ativos circulantes e os passivos circulantes – sendo esse chamado de *Capital de Giro Líquido*.

Gonçalves (2004) em seu estudo pôde comprovar que muitas são as definições que envolvem o Capital de giro, indo de exemplos simplistas, passando por algumas tecnicamente mais bem elaboradas, até desaguar em conclusões esdrúxulas.

Segundo a Associação dos Empresários da Pequena e Média Empresa do Brasil, onde foi feita uma analogia sobre o termo, o Capital de giro de uma empresa é:

Como a rotação do motor de um carro. Quanto mais giros tiver o motor, mais potência tem. Quanto menos giros tiver o motor, menos potência tem. Ou seja: quanto mais capital (dinheiro) girar a empresa, mais potência tem. Quanto menos capital (dinheiro) girar a empresa, menos potência tem ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO BRASIL, 1997, p.130).



Cherry (1997, apud GONÇALVES 2004) diz que Capital de giro em finanças denota os ativos que normalmente devem circular e ser substituídos, pelo menos em parte, durante o ciclo operacional corrente da empresa correspondente aos ativos correntes.

Para Sanvicente (1987) capital de giro pode ser chamado de ativos correntes ou ativos circulantes. Em geral esses ativos correspondem aos saldos mantidos pelas empresas nas contas de disponibilidades, investimentos temporários, contas a receber e estoques.

Pelo conceito de Gitman (1997) podem-se confirmar os enunciados acima, pois capital de giro refere-se aos ativos circulantes que sustentam as operações do dia-a-dia das empresas.

Pode-se concluir, portanto, que o termo Capital de Giro faz referência aos recursos financeiros aplicados pela empresa na execução do ciclo operacional de seus produtos, recursos estes que serão recuperados financeiramente ao final deste ciclo.

Nesse contexto, o Apêndice 1 reúne os autores pesquisados e respectivas obras, enquanto que o Apêndice 2 reúne os conceitos apresentados pelos autores considerados.

A maior parte dos que se dedicam à determinação do capital de giro julga que ele é simplesmente representado pelos componentes do Ativo Circulante.

Entretanto, a simples separação dos valores do Ativo total em Ativo Circulante, Realizável em Longo Prazo e Ativo Permanente nada representará de útil se concluir pela existência do Ativo Circulante, de valores de difícil ou lenta recuperação, como, por exemplo, contas a receber de recuperação duvidosa, estoques de baixa rotação ou mesmo obsoletos, despesas antecipadas de valores significativos e outras.

Faz-se necessário então, distinguir do Ativo Circulante global ou bruto um Ativo Circulante depurado, que se constituirá, a rigor, exclusivamente dos valores constantes das seguintes contas:

- a) estoque de matérias- primas, que possam ser transformadas em produtos em processo e acabados com uma expectativa segura de venda. Todos os estoques obsoletos ou em excesso devem ser quantificados e segregados para fins desta análise do capital de giro;
- b) contas a receber (excluídas as irrecuperáveis);
- c) disponibilidades em caixa e em bancos.

Como o Ativo Circulante espelha exatamente de que modo foram aplicados os capitais, conclui-se que o Capital de Giro real, ou efetivo, ou depurado, é o representado pelos valores descritos nas letras “a” a “c”.

As demais parcelas representativas do capital podem apresentar-se contabilizadas na parte do Ativo Circulante (grupo de outros créditos, tais como créditos de funcionários e impostos a recuperar; grupo de despesas pagas antecipadamente, tais como prêmios de seguros, comissões e outros custos), mas não representam realmente um capital de giro de disponibilidade imediata.

3. EMBARAÇO ENTRE CAPITAL DE GIRO E CAPITAL CIRCULANTE

Um ponto de embaraço, no qual incidem algumas instituições financeiras e empresas nos formulários distribuídos aos seus clientes, é o de admitir que capital de giro seja sinônimo de capital circulante. Nada mais errado. O capital de giro refere-se aos ativos circulantes que sustentam as operações do dia- a - dia das empresas. Já o capital circulante, por definição, é o que entra na empresa para não permanecer, uma vez que tem prazo certo para ser devolvido, como no caso de empréstimos ou créditos de fornecedores. É antônimo de capital fixo, que é constituído pelo capital social e pelas reservas patrimoniais.



Alguns analistas costumam considerar o capital de empréstimos em longo prazo como capital fixo, com o que muitos não concordam. Nesses casos, o Ideal será agrupar esse capital por prazos de resgate, para fins de uma análise mais detida. O que é longo prazo no futuro será de curto prazo.

Continuando, porém, com o raciocínio, o capital circulante pode estar representado no Ativo Fixo (Realizável em Longo Prazo e Ativo Permanente) ou no Circulante (este último, ainda, por sua vez, depurado dos itens irrecuperáveis ou de difícil conversão financeira de imediato), conforme demonstrado nos Quadro 1:

Quadro 1A		Quadro 1B		Quadro 1C	
Ativo Circulante R\$ 1.000	Capital Circulante R\$ 1.000	Ativo Circulante R\$ 1.000	Capital Circulante R\$ 800	Ativo Circulante R\$ 1.000	Capital Circulante R\$ 1.200
Ativo Fixo R\$ 1.000	Capital Fixo R\$ 1.000	Ativo Fixo R\$ 1.000	Capital Fixo R\$ 1.200	Ativo Fixo R\$ 1.000	Capital Fixo R\$ 800

Quadro 1 – Tipos de composição entre ativos e capitais

Fonte: Elaborado pelo autor

No Quadro 1A, por exemplo, os tipos de capitais se aplicam em igualdade de valores em tipos correlatos de ativo. No Quadro 1B, entretanto, o capital fixo atende integralmente às necessidades do Ativo Fixo e as estende, em parte, também para o Ativo Circulante. Em outras palavras, o Ativo circulante se origina em parte de capitais fixos e em parte de capitais circulantes.

No Quadro 1C, o Capital Circulante é que se estende em parte para constituir também o Ativo Fixo. Esta situação não é das mais desejáveis para a empresa, porque o Ativo Fixo é de lento ou improvável reembolso em caso de necessidade imediata quando da época do resgate, pois esses capitais circulantes se encontram imobilizados. Nesses casos, quanto maior for esse capital circulante aplicado no Ativo Fixo, maior será a dificuldade da empresa para saldar seus compromissos podendo, inclusive, tender para uma situação de insolvência.

Sabendo-se que o capital de giro (conforme definido) deve ser considerado como uma parcela depurada do Ativo Circulante, encontraremos a situação ilustrada pelo Quadro 2, do qual se conclui que o capital circulante, em um determinado momento, pode encontrar-se aplicado simultaneamente em:

- Ativo Fixo;
- Ativo Circulante depurado (capital de giro);
- Outros valores do Ativo Circulante e do Ativo Pendente.

Ativo Fixo		Capital Fixo	
Ativo	Outros Valores	Outros Valores	Capital
Circulante	Ativo Circulante Depurado	Capital de Giro	Circulante

Quadro 2 – Desdobramentos do ativo e do capital

Fonte: Elaborado pelo autor



Demonstra o exposto que o capital de giro depurado deve ser considerado como uma parcela do capital circulante ou Ativo Circulante.

Dado o fato de que os estudos atuais de analistas têm firmado em conceituação mais racional, convém deixar bem claras as seguintes definições:

- a) Capital circulante – é o que entra na empresa para não permanecer e poder ser próprio ou de terceiros. É sinônimo, portanto, de passivo (obrigação);
- b) Capital de giro – está representado pelo total dos valores existentes no Ativo Circulante de conversibilidade ou destinação rotativa peculiar aos ciclos produtivos da empresa. Eles sustentam as operações do dia – a – dia das empresas;
- c) Capital de giro (ou circulante) líquido – é a diferença entre os ativos e passivos circulantes. É uma medida conveniente da liquidez da empresa e também reflete sua capacidade de gerenciar suas relações com fornecedores e clientes. A divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante dá origem ao Índice de Liquidez Comum ou Corrente. É importante não se esquecer de depurar os seus valores.

A administração ineficiente do capital de giro afetará dramaticamente o fluxo de caixa das empresas. Uma má administração de fornecedores a pagar pode resultar no pagamento de fornecedores em épocas indevidas, drenando os recursos de caixa da empresa com o pagamento de juros.

A necessidade de capital de giro e as estratégias de gerenciamento variam entre os diferentes tipos de empresas e indústrias. A composição de ativos e passivos circulantes, assim como a relação entre ativos circulantes e ativos totais também dependem do tipo de empresa.

4. CAPITAL PRÓPRIO, CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL DE GIRO

A noção comum de que o capital circulante somente pode provir de não proprietários da empresa é errônea, porque os acionistas ou sócios podem entregar à empresa valores monetários por tempo determinado, ou podem deixar também, por certo tempo, uma parcela de lucros (lucros a distribuir).

Assim, em um determinado momento, os capitais próprios (de sócios ou acionistas) podem ser representados em fixos e circulantes.

As instituições financeiras, credores ou fornecedores, deveriam sempre levar em consideração que se deve proceder a uma análise das proporções entre o volume dos capitais próprios e de terceiros.

Será sempre desejável que os capitais próprios (fixos ou circulantes) participem de modo substancial na formação do capital de giro da empresa. Esse fato significará para os credores (ou futuros credores) que os proprietários também põem em risco os seus capitais no empreendimento.

O capital de terceiros tem significativa importância econômica, pois é o uso deste que permite aumentar o nível de atividade das empresas e financiar projetos quando estas não possuem recursos internos suficientes. Este capital entra na empresa através de financiamentos, empréstimos e venda de debêntures.

Estas fontes de capital demandam o pagamento dos valores emprestados acrescidos dos juros, conforme os prazos acordados. As principais diferenças entre capital próprio e o capital de terceiros estão resumidas no Quadro 3:



Recursos de Terceiros	Recursos Próprios
Pagamentos de principal e juros definidos em contrato.	Pagamento residual, após pagamento dos demais compromissos.
Dedutível da base de cálculo de impostos.	Não dedutível da base de cálculo de impostos.
Alta prioridade no caso de falência.	Baixa prioridade no caso de falência.
Prazo fixo de maturidade.	Sem prazo de maturidade.
Não dá direito de ingerência na empresa.	Dá direito de ingerência na empresa.

Quadro 3 – Principais diferenças entre os recursos de terceiros e os recursos próprios

Fonte: Rozo (2001).

Para alcançar o objetivo maior da administração financeira, maximizar a riqueza do acionista, o administrador deverá considerar a captação de recursos de terceiros, de forma a minimizar o custo de capital e, assim, aprovar um maior número de projetos com rentabilidade positiva. Embora o uso da dívida seja favorável às empresas, o uso inadequado do crédito pode trazer diversas conseqüências para uma empresa, inclusive a insolvência financeira.

Este fato ocorre porque à medida que o nível de endividamento aumenta, o custo de capital da empresa diminui, mas, por outro lado, o alto nível de endividamento torna maior a responsabilidade da empresa para a cobertura da dívida, aumentando o risco do empreendimento.

O capital de giro é o que corre mais riscos, uma vez que os capitais empregados em imóveis, máquinas ou instalações poderão ser recuperados pela venda desses itens, após a perda do mercado ou a paralisação do negócio. O capital de giro pode, nessas épocas, estar representado por estoques ainda não transformados em produtos e, por conseguinte, constituir-se em uma perda. Ora, se os credores observam que os proprietários também arriscam seu capital como capital de giro, há uma melhor perspectiva de êxito do empreendimento, já que, em caso de fracasso, os empresários também serão atingidos.

Por meio de respostas dadas em formulários bem planejados, ou mesmo através das demonstrações financeiras de vários períodos ou ainda por solicitação de dados adicionais ou exames contábeis locais das empresas, é possível aos analistas distinguir perfeitamente os valores dos capitais próprios e dos capitais de terceiros. Na impossibilidade, entretanto, de distinguir na composição do capital de giro a aplicação dos capitais próprios e de terceiros, obtém-se, de modo amplo, o valor da participação do capital próprio ao subtrair do total do capital de giro o total do capital circulante.

5. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

Sabendo-se que o capital de giro está representado por “produção/estoque”, “contas a receber” e “disponibilidades”, há que se estudar a tendência ou retração desses itens. Uma tendência para ampliar cada vez mais a área do item “produção/estoque”, em detrimento dos demais, revela que a produção ou os estoques não estão sendo vendáveis e, por conseguinte, obrigam a empresa a uma imobilização forçada de uma classe de ativo que deveria, por excelência, ser mobilizável.

Uma tendência para ampliar a área do item “contas a receber”, em detrimento aos demais, revela que as contas não estão sendo cobradas nos prazos, ou que as vendas estão sendo muito dilatadas nos prazos, obrigando a empresa a uma imobilização financeira prejudicial.

A remuneração obtida do capital de giro é um fator que não deve ser desprezado pela análise, porque revelará se os benefícios obtidos na exploração são suficientes ou não para comportar o pagamento de juros aos capitais de terceiros envolvidos no capital de giro e o pagamento de dividendos aos capitais próprios também envolvidos no capital de giro.



É claro que, se a taxa de rendimento do capital de giro for inferior à taxa de juros, o capital fixo deverá ser desfalcado para que dele sejam extraídos os juros devidos aos capitais circulantes de terceiros. A continuidade dessas situações minuará o patrimônio da empresa até o seu completo desequilíbrio. Daí o princípio de que somente se deve usar ou abusar do crédito se o resultado operacional comportar o pagamento das taxas de juros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração eficiente do Capital de Giro é uma prática determinante para o êxito de uma empresa, pois normalmente boa parte do ativo de uma empresa é representada pelo Capital de Giro. Pelo fato dele ser um elemento crítico para as operações, e de ter uma íntima relação com as mesmas, sugere-se a administração do mesmo, a fim de estimar a sua influência nos resultados da empresa.

Procurou-se demonstrar, nesse ensaio teórico, que o estudo da proporcionalidade das contas individuais que compõem o Ativo e o capital de uma empresa requer uma conceituação precisa dessas contas, depurando os seus saldos para determinar o real montante de capital de giro.

Observa-se que as contas devem ser depuradas, o que nem sempre é efetuado na elaboração e no preenchimento de formulários que visam à análise de demonstrações financeiras e à investigação financeira de uma empresa.

Do embaraço que gira em torno dos vários termos técnicos utilizados resulta a quase impossibilidade de atribuir créditos de terceiros de acordo com as reais necessidades da empresa e em função da minimização do risco desses créditos.

Por fim, a análise do capital de giro é de particular importância para a análise das demonstrações financeiras, conduzida pelas instituições financeiras ou pelas entidades, pois este é o que corre maior risco. Daí a razão de se precisar este conceito em relação às outras posições do Ativo e do capital.

7. REFERÊNCIAS

- ADEMPE (Associação dos Empresários da Pequena e Média Empresa do Brasil). **Socorro: tenho uma empresa! – Como Organizar e Dirigir Uma Empresa**. São Paulo, 1997.
- AGUSTINI, Carlos Alberto Di. **Capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1996
- ANDRADE, Geraldo Magela. **Traduzindo as informações contábeis**. In: Encontro dos Contabilistas da Borborema, 2, Campina Grande, 1998
- ANTHONY, Robert N. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1975
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996
- FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de, et al. **Contabilidade: teoria e prática**. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 1995
- FERRONATO, Airto. **Análise de balanços para concursos**. 3 ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1994
- FLORENTINO, Américo M. **Análise contábil: Análise de Balanços**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 1972
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7.ed. São Paulo: Harbra, 1997.



- GONÇALVES, Daniela Coelho. **Mensuração paramétrica do capital de giro por produto**. Curso especializado de Administração Financeira. Brazilian Open University – BOU – Framingham, 2004.
- IOB – Informações Objetivas. **Distinção entre capital de giro e capital em giro**. Bol. 30. Caderno Temática Contábil e Balanços, 1990
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 1977
- MARTINS, Eliseu & ASSAF NETO, Alexandre. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1986
- MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995
- NÓBREGA, Ediomare Rodrinunes. **A Multiplicidade do conceito do capital de giro e seus derivativos: Teoria e Prática**. João Pessoa/Paraíba, 2002.
- RECKTENVELD, Gervásio. **Manual de estudo: AFTN**. Rio Grande do Sul: Fundação ASSEFAZ, 1996
- REGO FILHO, José Rodrigues do; ROCHA, Leny Alves; COELHO, Cláudio Ulysses. **Gerência financeira**. Rio de Janeiro: SENAC-DN, 1996
- RIBEIRO, Osni Moura. **Análise de balanços Fácil**. São Paulo: Saraiva, 1993
- ROZO, J. D. Novos Projetos: o que valoriza mais a empresa, recursos próprios ou de terceiros? Qual a proporção ótima? **Revista Contabilidade e Finanças FIPECAFI – FEA – USP**. São Paulo, FIPECAFI, v. 16, n. 27, p. 78 – 88. Setembro/Dezembro, 2001.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Dicionário de contabilidade**. 8 ed. São Paulo: Atlas,
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 3 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1999
- SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. **Análise de balanços para controle gerencial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989
- SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993
- SILVA NETO, Raimundo Antônio da. **Manual de estudo: Concurso Auditor Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte: EDICON, 1997
- TREUHERZ, Rolf Mário. **Análise financeira por objetivos**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1987
- WALTER, Milton Augusto. **Introdução a análise de balanços**. São Paulo: Saraiva, 1977



Apêndice 1 - AUTORES PESQUISADOS E RESPECTIVAS OBRAS

Referência	AUTOR	OBRA	PG.
01	AGUSTINI, Carlos Alberto Di	Capital de Giro. Ed. Atlas	24
02	ANDRADE, Geraldo Magela	Traduzindo as Informações Contábeis, In: Encontro de Contabilistas da Borborema, 2	02
03	ANTHONY, Robert N.	Contabilidade Gerencial. Editora Atlas	208
04	FABRETTI, Láudio Camargo	Contabilidade Tributária. Editora Atlas	79
05	FAVERO, Hamilton Luiz, LONARDONI, Mário, SOUZA, Clóvis de, TAKAKURA, Massakazu	Contabilidade: teoria e prática. Vol. 2 . Editora Atlas	339
06	FERRONATO, Airto	Análise de Balanços para Concursos. 3ª ed. Editora Sagra-DC Luzzatto	22; 23
07	FLORENTINO, Américo M.	Análise Contábil – Análise de Balanços. Fundação Getúlio Vargas	43
08	FRANCO, Hilário	Estrutura, Análise e Interpretação de Ba- lanços. 11ª ed. Editora Atlas	160; 162
09	IUDÍCIBUS, Sérgio de	Análise de Balanços. Editora Atlas	46; 213
10	MARTINS, Eliseu, ASSAF NETO, Alexandre	Administração Financeira. Editora Atlas	277
11	MATARAZZO, Dante C.	Análise Financeira de Balanços – Aborda- gem Básica e Gerencial. 3ª ed. Editora Atlas	278; 280
12	RECKTENVELD, Gervásio	Manual de Estudo – AFTN. Fundação ASSEFAZ/RS	71
13	REGO FILHO, José Rodrigues do, ROCHA, Leny Alves, COELHO, Cláudio Ulysses	Gerência Financeira. SENAC-DN	64
14	RIBEIRO, Osni Moura	Análise de Balanços Fácil. Editora Saraiva	109; 121
15	SÁ, Antônio Lopes de	Dicionário de Contabilidade. 8ª ed. Editora Atlas	61
16	SANDRONI, Paulo	Novíssimo Dicionário de Economia. 3ª ed. Editora Best Seller	79
17	SANTI FILHO, Armando de, OLINQUEVITCH, José Leônidas	Análise de Balanços para Controle Geren- cial. Editora Atlas	74
18	SILVA, José Pereira da	Análise Financeira das Empresas. Editora Atlas	203
19	SILVA NETO, Raimundo Antônio da	Manual de Estudo – Concurso Auditor Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Gran- de do Norte	544; 549
20	TREUHERZ, Rolf Mário	Análise Financeira por Objetivos. 4ª ed. Editora Pioneira	47
21	WALTER, Milton Augusto	Introdução a Análise de Balanços. Editora Saraiva	55; 141
22	IOB – Informações Objetivas	Caderno Temática Contábil Distinção entre Capital de Giro e Capital em Giro. Bol. 30 / 90	237

Fonte: Dados de Pesquisa



Apêndice 2 - CONCEITOS APRESENTADOS PELOS AUTORES DE REFERÊNCIA

Referência	TERMO TÉCNICO	SIGNIFICADO
01	Capital de Giro Nulo Capital de Giro Próprio Capital de Giro de Terceiros	AC = PC AC > PC AC < PC
02	Capital de Giro	AC + ARLP
03	Capital de Giro ou Capital Circulante	Ativo Corrente – Passivo Corrente
04	Capital de Giro	AC – PC
05	Capital Circulante Líquido Capital de Giro	Diferente de Capital Circulante ou Capital de Giro. AC – PC AC + PC
06	Capital de Giro Capital em Giro	AC – PC AC
07	Capital de Giro ou Capital de Giro Global Capital de Giro Próprio	AC AC – PC
08	Capital de Giro ou Capital de Trabalho ou Circulante Capital de Giro Próprio Capital em Giro	AC AC – PC P (exigível) + PL
09	Capital de Giro	Uso alternado com Capital de Giro Líquido. AC – PC
10	Capital de Giro	AC
11	Capital de Giro Capital de Giro Próprio ou Capital Circulante Próprio	Iguala ao Capital de Giro Líquido. AC – PC PL – (AP + ARLP)
12	Capital de Giro Capital de Giro Operacional Capital de Giro Líquido ou Capital de Giro a Curto Prazo ou Ativo Circulante líquido	AC + ARLP AC AC – PC
13	Capital de Giro ou Capital Circulante Capital de Giro Líquido	AC AC - PC
14	Capital em Giro Capital Circulante Próprio	P (exigível) + PL PL – AP
15	Capital de Giro Capital de Giro Líquido ou Capital de Giro Próprio	AC AC – PC
16	Capital de Giro ou Capital Circulante	Estoque de Produtos + Disponível
17	Capital de Giro	PL – AP
18	Capital de Giro Próprio	PL – (AP + ARLP)
19	Capital de Giro ou Capital Circulante Capital de Giro Líquido ou Capital Circulante Líquido Capital Circulante Próprio Capital Circulante de Terceiros	AC AC – PC CCL > 0 CCL < 0
20	Capital de Giro Próprio	AC – PC
21	Capital de Giro Capital de Giro Próprio	AC – PC PL – AP
22	Capital de Giro ou Capital Circulante Capital de Giro Próprio Capital em Giro	AC CCL (AC – PC) P (exigível) + PL

Fonte: Dados de Pesquisa